

**Ofício: 98/2025.**

**04 de abril 2025.**

Ao Exmo. Sr. Vereador

**Ademir Sanches,**

DD Presidente da Câmara Municipal de Cunha.

**Assunto: Projeto de Lei – Institui o Programa de Parcelamento- PPI, estabelecendo a redução de juros e multas moratórios provenientes de acréscimos legais, incidentes sobre débitos tributários e não tributários existentes para com a Fazenda Pública Municipal.**


Exmo. Senhor Presidente Ademir Sanches,

Temos a honra de encaminhar a essa Egrégia Câmara Municipal, nos termos do art. 69, inciso XI, da Lei Orgânica deste Município, o incluso Projeto de Lei que institui o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, estabelecendo a redução de juros e multas moratórios provenientes de acréscimos legais, incidentes sobre débitos tributários e não tributários existentes para com a Fazenda Pública Municipal, que é de suma importância para a Administração Pública Municipal.

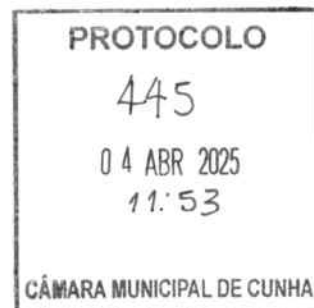
Desta forma, considerando a importância já ressaltada, solicito de Vossa Excelência e seus Nobres Pares, que o presente Projeto, seja analisado e aprovado.

Oportunamente aproveito para reiterar a Vossa Excelência e Nobres Vereadores, nosso protesto de consideração e apreço.

Atenciosamente



**RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO**  
Prefeito Municipal





# Prefeitura Municipal de Cunha

*Estância Climática*

Praça Coronel João Olímpio, 91 – Centro – CEP: 12.530-000 - Cunha-SP.  
CNPJ: 45.704.053/0001-21

PROJETO DE LEI N.º 17, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

**INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI, ESTABELECENDO A REDUÇÃO DE JUROS E MULTAS MORATÓRIOS PROVENIENTES DE ACRÉSCIMOS LEGAIS, INCIDENTES SOBRE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS EXISTENTES PARA COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL.**

**RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA, no uso de suas atribuições legais, elabora e submete ao plenário, para discussão e deliberação, o presente projeto de lei:

**Art. 1º** Pela presente Lei, fica estabelecido o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, estabelecendo normas para o pagamento com a concessão de desconto de multas e juros moratórios provenientes de acréscimos legais, incidentes sobre débitos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 31 de dezembro de 2023, ajuizados ou não ajuizados, existentes para com a Fazenda Pública Municipal, com exceção de débitos tributários referentes ao ISSQN e ITBI que ficam excluídos do presente programa.

**Art. 2º** A adesão ao Programa será efetuada por solicitação do sujeito passivo junto ao Setor de Tributação, no paço municipal.

**§1º** A adesão ao programa dar-se-á por opção do contribuinte podendo ser formalizada em até cento e oitenta (180) dias após a publicação desta Lei, prorrogável a critério da Administração Municipal, mediante Decreto específico;

**§2º** Os débitos tributários e não tributários incluídos no PPI serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de adesão para fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2023;

**§3º** Fica vedada a adesão ao programa ao contribuinte que estiver em mora com os tributos cujo fato gerador tenha ocorrido do exercício fiscal de 2024 e 2025;

**§4º** A inadimplência de qualquer obrigação tributária relativa a fatos gerados ocorridos após a adesão do contribuinte ao presente Programa de Parcelamento Incentivado provocará a rescisão automática e unilateral do acordo de parcelamento realizado com base nesta Lei.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto de multas e juros moratórios provenientes de acréscimos legais no pagamento de débitos tributários e não tributários, excetuado o ISSQN, para com a Fazenda Pública Municipal, vencidos até 31 de dezembro de 2023, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não.

**§1º** Para os fins desta Lei, o Poder Executivo deverá adotar os seguintes critérios de





# Prefeitura Municipal de Cunha

## *Estância Climática*

Praça Coronel João Olímpio, 91 – Centro – CEP: 12.530-000 - Cunha-SP.  
CNPJ: 45.704.053/0001-21

parcelamento:

- I- Para pagamento em parcela única será excluído 100% da multa e juros moratórios do valor consolidado do débito atualizado;
- II- Para pagamento em até 06 (seis) parcelas será excluído 75% da multa e juros moratórios do valor consolidado do débito atualizado;
- III- Para pagamento em até 12 (doze) parcelas será excluído 50% da multa e juros moratórios do valor consolidado do débito atualizado;
- IV- Para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas será excluído 25% da multa e juros moratórios do valor consolidado do débito atualizado;

**§2º** Para efeito do disposto nesta Lei entende-se por consolidação da dívida, o valor resultante da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e acréscimos legais vencidos até a data da apuração;

**§3º** Para efeito de parcelamento, o valor mínimo da parcela não poderá ser inferior à R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

**§4º** O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias da data da formalização do termo de acordo;

**§5º** O não pagamento da primeira parcela até a data do seu vencimento implicará na rescisão automática do acordo firmado entre a Fazenda Pública Municipal e o Contribuinte;

**§6º** O atraso no pagamento de quaisquer das parcelas acordadas fará incidir sobre elas os acréscimos legais previstos na legislação municipal;

**§7º** Após o pagamento da primeira parcela, caso ocorra a inadimplência de 02 (duas) parcelas consecutivas ou 03 (três) parcelas alternadas, relativamente às prestações do parcelamento, o acordo ficará automaticamente rescindido, com a inscrição do crédito remanescente em dívida ativa, caso não esteja inscrito, restabelecendo-se os valores e as condições anteriores do acordo, compensando-se os pagamentos efetuados até a data da rescisão;

**§8º** A adesão ao programa importará, ainda, nos casos em que estiver em trâmite a execução judicial do crédito, no desconto da totalidade dos honorários advocatícios, independentemente da quantidade de parcelas ajustadas no termo de acordo;

**§9º** Na hipótese de débitos ajuizados, o valor gasto pela Fazenda Pública Municipal para recolhimento do valor das custas judiciais deverá ser ressarcido integralmente pelo Contribuinte, ficando a formalização do acordo previsto nesta Lei condicionado ao prévio e integral pagamento destes valores.

**Art. 4º** O disposto nesta Lei poderá ser aplicado ao parcelamento em andamento após a apuração do saldo devedor, mediante pedido expresso e reconhecimento da dívida.

**Parágrafo Único** – Será permitida, por uma única vez, a repactuação do parcelamento ajustado em conformidade com a presente Lei.

**Art. 5º** A adesão ao termo de acordo com o pagamento dos débitos nas condições



# Prefeitura Municipal de Cunha

## *Estância Climática*

Praça Coronel João Olímpio, 91 – Centro – CEP: 12.530-000 - Cunha-SP.  
CNPJ: 45.704.053/0001-21

previstas nesta Lei implica na confissão irretratável e irrevogável do débito existente de responsabilidade do Contribuinte para com a Fazenda Pública Municipal, importando a expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como na desistência daqueles já interpostos.

**Art. 6º** Para a hipótese de acordo referente a débitos ajuizados, a Procuradoria Municipal deverá requerer o sobrestamento do feito pelo número de meses decorrentes das parcelas ajustadas.

**§1º** Após integralmente quitado o acordo, deverá a Procuradoria Municipal informar nos autos o cumprimento do ajuste celebrado, solicitando a extinção do feito;

**§2º** Caso haja o descumprimento dos termos celebrados pelo Contribuinte, a Procuradoria Municipal deverá informar eventual valor adimplido que será abatido do total devido, dando-se prosseguimento à ação.


**Art. 7º** A Procuradoria Municipal, mensalmente, realizará o prosseguimento e a baixa das execuções fiscais pertinentes aos acordos descumpridos e aos concluídos nos termos desta Lei.

**Art. 8º** O parcelamento de débitos nos termos previstos nesta Lei não implica novação.

**Art. 9º** Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por Decreto do Poder Executivo.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cunha, 04 de abril de 2025.

  
**Rodrigo Sérgio do Nascimento**  
Prefeito Municipal



## JUSTIFICATIVA

**Senhor Presidente,**  
**Senhores Vereadores,**

Encaminha-se para a apreciação desta Casa o Projeto de Lei que institui o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, estabelecendo a redução de juros e multas moratórios provenientes de acréscimos legais, incidentes sobre débitos tributários e não tributários existentes para com a Fazenda Pública Municipal.

O objetivo do presente Projeto de Lei é a redução da Dívida Ativa Municipal lançada até o final do exercício de 2023, instituindo o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e concedendo anistia, para incrementar a arrecadação.

Como é do conhecimento dos Senhores, a grande maioria dos contribuintes declara não lograr adimplir suas obrigações tributárias, seja pela elevação da carga tributária brasileira, seja pela crise econômica global, como é público e notório.

Em decorrência, avolumam-se a dívida ativa inscrita e os registros de outros créditos fazendários por força de pequenos débitos não quitados tempestivamente, demandando elevados custos com tentativas de cobrança administrativa ou judicial, pois não há pagamento espontâneo e poucos são os contribuintes possuidores de bens penhoráveis.

Objetivando eliminar tais custos, diminuir o montante da dívida ativa e, antes de mais nada, incentivar o incremento da arrecadação, é que se propõe a criação do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI Municipal.

De outra parte, ainda, cumpre observar e esclarecer que a instituição do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI permite que os créditos tributários sejam incluídos num parcelamento de forma a não onerar os contribuintes e permitir que o



Município incrementa a arrecadação dos valores originais dos tributos e bem assim dos tributos dos anos vindouros.

Interessante destacar que a União, através da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, já implementou esse tipo de programa, comprovando assim a sua legalidade e constitucionalidade.


De outra banda, sem incentivos desta natureza, tem sido mantida a média anual arrecadatória da dívida ativa, acreditando-se que, com tal incentivo, haverá o aumento na arrecadação, com claros reflexos positivos na receita estimada para 2025.

Em síntese, o que se espera com a anistia ora proposta é reduzir a inadimplência fiscal através de meios eficazes e amigáveis de cobrança, evitando o acúmulo de executivos fiscais, procedimento moroso e dispendioso.

Considerando que serão preservados os valores dos tributos pela aplicação da atualização monetária correspondente, podemos concluir que a norma pretendida não fere o princípio da justiça fiscal, pois não estará sendo beneficiado o contribuinte devedor em detrimento do adimplente, prática que deve ser coibida para evitar a geração da ideia de não pagamento tempestivo dos tributos na espera de perdões futuros.

Roga-se aos nobres Vereadores no sentido de que aprovem este projeto de Lei com o qual, servindo o povo, ordenam a administração Municipal para a consecução de seus objetivos.

Nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas que venham a surgir.

  
**RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO**  
Prefeito Municipal





*Prefeitura Municipal da Estância Climática de Cunha*  
*Estado de São Paulo*

---

**ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO**

**ANISTIA FISCAL**

**INCIDÊNCIA: MULTAS E JUROS**

**EMENTA:**

Institui o Programa e Parcelamento Incentivado – PPI, estabelecendo a redução de juros e multas moratórios provenientes de acréscimos legais, incidentes sobre débitos tributários e não tributários existentes para com a Fazenda Pública Municipal.

**DISPOSITIVO LEGAL A SER SUPRIDO:**

Artigo 14, caput, e inciso I e II da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CONCEITO DE REMISSÃO FISCAL:**

A remissão se for total, faz desaparecer o objeto do tributo (pagamento), pondo termo assim à obrigação tributária.<sup>1</sup>

**CONCEITO DE ANISTIA FISCAL:**

A anistia perdoa, total ou parcialmente, a sanção tributária, isto é, multa e juros decorrentes do ato ilícito tributário.<sup>2</sup>

**ABRANGÊNCIA PRETENDIDA:**

Anistia total e/ou parcial de multas e juros respectivos, conforme escolha do contribuinte.

---

<sup>1</sup> Carrazza, Roque Antonio, Curso de Dir. Const. Tributário, Ed. Malheiros

<sup>2</sup> Idem obra acima





*Prefeitura Municipal da Estância Climática de Cunha*  
*Estado de São Paulo*

**ARRECAÇÃO MUNICIPAL DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

EXERCÍCIO	VALOR ARRECADADO	%
2022	100.305.065,38	
2023	104.607.049,42	4,28
2024	110.418.855,52	5,55

**TRIBUTOS ARRECADADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

EXERCÍCIO	IPTU	%	Outros tributos	%
2022	791.144,66		6.154.110,25	
2023	935.280,55	18,21%	7.601.715,55	23,52%
2024	1.588.682,30	69,86%	8.433.173,41	10,93%

**DÍVIDA ATIVA ARRECADADA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

EXERCÍCIO	DÍVIDA ATIVA	MULTA E JUROS DA DÍVIDA ATIVA	PORCENTAGEM
2022	402.435,43	129.811,41	32,25%
2023	790.132,99	94.096,85	11,90%
2024	318.571,43	74.173,10	23,28%

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**

Exercício	Valor inscrito R\$	Valor recebido R\$	Valor a receber R\$
2020	2.496.157,93	238.499,02	2.257.658,91
2021	2.495.493,49	425.725,26	2.069.768,23
2022	3.302.731,93	402.435,43	2.900.296,50
2023	2.063.510,44	790.132,99	1.273.377,45
2024	1.404.628,30	318.571,43	1.086.056,87
<b>Total</b>	<b>11.762.522,09</b>	<b>2.175.364,13</b>	<b>9.587.157,96</b>





*Prefeitura Municipal da Estância Climática de Cunha*  
*Estado de São Paulo*

DEMONSTRATIVO DA RENÚNCIA PROPOSTA	
Receita orçamentária prevista para 2025	110.863.665,00
Receita tributária prevista para 2025	9.357.700,00
Total da dívida Ativa a receber	9.587.157,96
Porcentagem sobre a receita orçamentária	8,65%
<b>Valores máximos previstos de renúncia</b>	
Multas e juros	11.850,00
Porcentagem sobre a receita prevista	0,01%
Média dos três últimos exercícios	99.360,45
Porcentagem sobre a receita orçamentária prevista	0,08%

#### CONSIDERAÇÕES SOBRE MULTAS E JUROS

As multas e juros, na condição de sanções pecuniárias decorrentes do não atendimento tempestivo das obrigações tributárias, não permitem a previsão orçamentária, nem podem ser consideradas como componente previsível da receita. Desta forma, desde que demonstrado o interesse público e o benefício da medida, tal valor pecuniário pode ser afastado sem a necessidade de medidas compensativas próprias.

#### EFEITOS DA RENÚNCIA DE RECEITA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ATENDIMENTO AO INCISO I, DO ARTIGO 14, DA L.C. 101/2000.

Conforme demonstramos acima, a renúncia da receita ora proposta, com valores de 0,01% sobre a arrecadação anual e 0,08% sobre a média da arrecadação com multas e juros da dívida ativa, o resultado não ofertará impacto significativo ao exercício vigente. Portanto, os reflexos no exercício corrente e dos dois exercícios subseqüentes serão ínfimos, não existindo a necessidade de revisão das normas próprias orçamentárias, eis que tanto a previsão de arrecadação fiscal, bem como, os resultados de mesma natureza constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício corrente, não será afetada. Destacamos que com a vigência da norma com a vigência da norma e o recebimento dos valores tributários em aberto, pretende o Poder Público aumentar, de imediato, a receita efetivamente realizada com tributos próprios, reduzindo eventual déficit orçamentário e garantindo estabilidade às contas públicas.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o que se espera com a anistia ora proposta é reduzir a inadimplência fiscal através de meios eficazes e amigáveis de cobrança, evitando a acúmulo de execuções fiscais, procedimento moroso e dispendioso;



*Prefeitura Municipal da Estância Climática de Cunha*  
*Estado de São Paulo*

Considerando que serão preservados os valores dos tributos pela aplicação da atualização monetária correspondente, podemos concluir que a norma pretendida não fere o princípio da justiça fiscal, pois não estará sendo beneficiado o contribuinte devedor em detrimento do adimplente, prática que deve ser coibida para evitar a geração da idéia de não pagamento tempestivo dos tributos na espera de perdões futuros.

**ABRANGÊNCIA PRETENDIDA**

Anistia das multas e juros:

- para pagamento em parcela única será excluído 100% da multa e juros moratórios do valor consolidado do débito atualizado;
- para pagamento em 06 parcelas será excluído 75% da multa e juros moratórios do valor consolidado do débito atualizado;
- para pagamento em 12 parcelas será excluído 50% da multa e juros moratórios do valor consolidado do débito atualizado;
- para pagamento em 24 parcelas será excluído 25% da multa e juros moratórios do valor consolidado do débito atualizado.

**Cunha, 03 de abril de 2025.**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANDREA MONTEIRO PRINA IZÍDIO  
Data: 03/04/2025 12:26:48-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**ANDRÉA MONTEIRO PRINA IZÍDIO**  
**Contadora CRC1SP222743/0-1**

**Rodrigo Sergio**  
**do Nascimento**  
**RODRIGO SERGIO DO NASCIMENTO**  
**Prefeito Municipal**

Assinado de forma digital  
por Rodrigo Sergio do  
Nascimento  
Dados: 2025.04.03 14:16:58  
03/04/2025